

ÁLVARO KASSAB

kassab@reitoria.unicamp.br

“Pode parecer óbvio aos educadores a ampliação da oferta educacional; gostaria de destacar, entretanto, que mesmo com toda essa expansão, manteve-se vigente a oferta de educação diferente para atender situações sociais diferenciadas”. A análise é do educador José Claudinei Lombardi, docente do Departamento de Filosofia e História da Educação da Faculdade de Educação (FE) da Unicamp. Para o especialista, não há nada mais velho do que o “discurso que coloca a educação como panacéia para todos os males”.

Coordenador-executivo do HISTEDBR – Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”, cujo 20º aniversário foi comemorado com um seminário que reuniu recentemente dezenas de pesquisadores na Unicamp, Lombardi tem uma vasta experiência na área. Atuou em aldeias indígenas no Mato Grosso, Paraná e Rio Grande do Sul, além de desenvolver um trabalho com ênfase em fundamentos da educação.

É autor ou organizou, entre outros livros, *Globalização, pós-modernidade e educação, Ética e Educação, O Público e o Privado na Educação brasileira e A história da Educação Brasileira*. Na entrevista que segue, Lombardi faz uma análise crítica da educação no Brasil – e no mundo – ao longo da história.



Fotos: Antoninho Perri/Antonio Scarpinelli

# O velho discurso que rege a história da educação

**Jornal da Unicamp – Como senhor analisa o discurso que coloca a educação como remédio para os impasses da sociedade brasileira?**

**José Claudinei Lombardi** – O discurso da educação como panacéia para todos os males é muito antigo. Ele nasceu com a sociedade capitalista, como parte de um discurso ideológico produzido para atribuir à escola um papel central no cuidado com a infância, com a transmissão dos saberes considerados socialmente relevantes, com a formação do cidadão e com a qualificação do trabalhador. Apareceu já com essa característica geral, abstrata, a-histórica, como se essa escola sempre tivesse existido, cumprindo um papel central no desenvolvimento e na vida dos indivíduos. No Brasil isso não foi diferente, pois desde o Império esse repetitivo discurso de que “a educação é fundamental para...” sempre esteve presente, sendo acionado para justificar a diferença de desenvolvimento econômico e social, em comparação com os chamados países desenvolvidos.

**JU – O discurso é recorrente.**

**Lombardi** – Ele muda na aparência, mas permanece a mesma coisa na essência, obedecendo aos preceitos liberais. A educação é colocada como fundamental para o desenvolvimento econômico e social – tanto do indivíduo, como da sociedade; se isto não ocorre, a culpa ou a responsabilidade recai sobre a escola, sobre o currículo, sobre os métodos pedagógicos, sobre os professores ou sobre os indivíduos que não souberam aproveitar as oportunidades abertas pela educação. De um ponto de vista histórico, trata-se de um discurso recorrente, presente em praticamente todas as justificativas das reformas educacionais brasileiras.

**JU – Em que medida ele é reducionista?**

**Lombardi** – Ele é sempre reducionista. Reduz todas as mazelas a um único “remédio” – a educação – o que é absolutamente equivocado. Sabemos muito bem que a educação não tem todo esse poder de determinar os rumos da sociedade. Reduz tudo a um aspecto, ideologicamente escamoteando que sem uma profunda transformação econômica, política e social, pouco avançaremos na resolução dos graves problemas gestados pelo próprio desenvolvimento da sociedade burguesa – como a miséria, as guerras, a destruição do meio ambiente, o desemprego estrutural e outros.

Como não interessa desvelar as bases estruturais que provocam os desequilíbrios sociais, a culpabilidade acaba recaindo sobre a própria sociedade, entendida como somatório dos indivíduos que a compõe. A educação aparece, assim, nos mais diferentes momentos históricos, como a principal possibilidade de promover uma reforma moral e intelectu-

al dos homens. Qual o instrumento usado pelos jesuítas para civilizar os nativos das terras recém-descobertas? Por Pombal para implementar o desenvolvimento liberal necessário a Portugal? Qual o remédio apontado pelo imperador para os males que afligiam a recém-independente nação brasileira? Ainda hoje o discurso é que só a educação possibilita um choque de desenvolvimento ao Brasil. Sob formas e aparentes discursos diferenciados, historicamente a educação é que tem sido apontada como a solução salivadora para os males da sociedade.

**JU – É circular...**

**Lombardi** – Ele reaparece com a crise de 1929, com a qual se fortalece, voltando em 1932, com o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova; ressurgiu na Segunda Guerra, na ditadura militar e, mais recentemente, em todo o processo da Constituinte de 1988 e na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996.

**JU – É possível, numa sociedade multifacetada como a brasileira, uniformizar as linhas pedagógicas? Se sim, de que maneira? Se não, qual seria o modelo ideal?**

**Lombardi** – Historicamente, nunca foi adotada uma só linha pedagógica. Desde a Colônia foi implantada uma educação diferenciada para o atendimento de classes sociais também diferenciadas. No passado e no presente sempre aparecem propostas de se adotar um único e ideal modelo pedagógico, como a atual proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais que, além de versar sobre os conteúdos curriculares, também recomenda uma única linha pedagógica como adequada ao processo de ensino-aprendizagem, chamada de sócio-interacionista, ou mais usualmente conhecida como construtivista. Isso não passa de mero discurso, já que a adoção de parâmetros únicos para toda a educação nacional esconde a histórica dualidade de nossa organização escolar.

Com relação a tratar de um “modelo ideal” de educação, estou entre os que acham que a educação, ou qualquer outro aspecto da vida, não é regido pelas idéias. Ao contrário, considero que cada formação social produz historicamente a educação que lhe é adequada.

**JU – Sempre foi assim?**

**Lombardi** – Sim. Temos uma educação diferenciada desde a Colônia e a atual organização dual da educação vem desde o Império. De um lado, uma educação de alto nível, voltada para a elite, organizadora dos conteúdos universais e científicos; de outro, uma educação mínima, somente “de primeiras letras”, para toda a população. Para a escola da elite,

material pedagógico de qualidade, prédio escolar adequado, tecnologia, bibliotecas diversificadas, métodos pedagógicos condizentes e professores bem formados e pagos. Para os filhos dos trabalhadores, salas repletas de alunos, falta de material pedagógico e de livros, carteiras, professores etc.

Com exceção dos apologetas da ordem burguesa, a maioria dos estudiosos da educação brasileira apontam essa dualidade e as mazes que acompanham a nossa escola pública. Com os Parâmetros Curriculares Nacionais tenta-se disciplinar, igualar a educação pela imposição de um conteúdo “comum”, mas liberalizando outros aspectos organizacionais do sistema educacional.

**JU – Tem mais a ver com a canetada da burocracia.**

**Lombardi** – É isso aí. É a burocracia estatal buscando exercer algum nível de controle. Ocorre que é exercido um pseudo-controle, já que o conteúdo escolar é sempre mais difícil controlar. Num território de dimensão continental como do Brasil, é óbvio que o conteúdo trabalhado pelos professores vai se adequar, de alguma forma, a essa realidade multifórmica do país.

Mas com relação ao conteúdo, gostaria de fazer uma provocação: o que será que é mais interessante, um conteúdo diversificado, que muda de acordo com a região ou com classe, ou possibilitarmos a todos os saberes que a sociedade acumulou, um conteúdo científico e cultural colossal e que deveria ser acessível a todos os homens? Se a gente pensar nessa dimensão, penso que a grande reivindicação a ser feita é a de uma educação que deve estar fortemente ancorada no conteúdo, nos conhecimentos filosóficos, científicos, literários e artísticos historicamente produzidos pelos homens.

**JU – Qual seria o modelo ideal de conteúdo?**

**Lombardi** – Difícil indicar modelo, quanto mais ideal... O que posso expressar é que partilho uma perspectiva que defende uma educação centrada no conteúdo historicamente produzido pela humanidade e que a ele todos tenham acesso, independente de raça, gênero, classe ou religião. Certamente, se pensarmos na educação ofertada aos filhos da alta burguesia, sem muita dificuldade iremos constatar que eles têm acesso, da maneira mais avançada possível e implementados pelo uso dos mais avançados meios de comunicação e técnicas de ensino e aprendizagem. Eles têm mestres altamente competentes – que ganham salários compatíveis com a função –, têm acesso a bibliotecas vastíssimas, à cultura... A eles tudo é franqueado.

Desde minha opção política, sempre estou a me perguntar se esses conteúdos não deveriam ser acessíveis a todos, indiscriminadamente, de modo a contribuirmos com a construção de uma sociedade justa, igualitária e fraterna. Acho que a discussão deveria estar centrada por aí. Penso que a escola deveria estar centrada no domínio dos conteúdos universais, bem como naqueles específicos para o campo profissional escolhido pelos educandos, com um processo pedagógico centrado em alunos ativos no processo de construção do conhecimento, no processo de desvelamento e apreensão desse conteúdo. É uma escola como essa que gostaria de ter para todas as crianças, mas que em nossa sociedade

somente é ofertada aos filhos daqueles quem têm condição de pagar bem caro por ela.

**JU – À luz de uma perspectiva histórica, como o senhor avalia a evolução da educação brasileira?**

**Lombardi** – Historicamente, salta aos olhos do pesquisador que cada formação social produziu uma educação – em sua organização, conteúdo, aparato didático-pedagógico etc – adequada ao modo de produção da vida material, social e espiritual de seus membros. Se você pensa teoricamente dessa forma, é lógico que em sociedades tribais, como as existentes antes da chegada dos europeus às Américas, onde todos eram iguais e onde ainda não havia se desenvolvido o Estado, só podemos entender a educação se a tomarmos como diluída como um bem de todos, como processo constante de ensinar-e-aprender, pela qual todos os membros da sociedade ensinavam e concomitantemente aprendiam. Havia momentos diferenciados de ensinar e de aprender? É óbvio que sim. Só que isso não era tarefa para uma instituição específica ou para uma classe de pessoas que deveriam trabalhar com o ofício de ensinar e aprender.

**JU – Quando surgiu essa tarefa?**

**Lombardi** – Foi no momento em que a sociedade se dividiu em classes diferenciadas, decorrência das transformações na organização econômica, social e política. Essa organização passou a ser cindida entre aqueles que detém e os que não têm os meios de produção, a riqueza e o poder. Foi nesse momento que, para além dos saberes comuns a todos os homens, foi preciso criar uma organização social, a escola, que tivesse por incumbência ensinar saberes diferentes a homens diferentes; que apareceu como uma instituição diferenciada que se destinava a pessoas diferenciadas dessa sociedade.

Tomemos como exemplo uma sociedade escravista – como a grega. Nessa sociedade cindida em classes opostas – proprietários e não-proprietários, senhores e escravos – era necessária uma escola para educar os filhos dos escravos? É óbvio que não, pois da mesma forma que as classes se estruturaram para separação de uns e outros pela genealogia que dava sustentação à propriedade, também operou-se uma divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, produzindo uma separação entre o saber e o fazer. Ao escravo cabia executar as tarefas manuais. E, portanto, o processo de transmissão dos saberes que lhe eram necessários se dava, por via direta, no exercício do próprio trabalho.

A escola que foi produzida nessa sociedade, portanto, foi para educar os filhos da aristocracia. Aparece com essa característica, mas que foi ideologicamente explicitada como formação humana, como processo integral de formação do cidadão grego – sentido expresso pelo termo *paideia*. Como o escravo sequer era considerado cidadão, a formação integral era exclusivamente direcionada aos membros das *polis*, para a formação integral do corpo e do espírito, preparando os filhos da elite para o exercício da cidadania, pelo domínio dos saberes necessários na arte da guerra, na política, nas artes, nas ciências, na moral, enfim no exercício da cidadania.

Esta educação, que se deu sob diferentes formas de organização escolar, na medida em que passou a se dar num espaço específico, a